

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR 1º VICE-PRESIDENTE  
DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO.**

**PROCESSO REFERÊNCIA Nº 0473161-53.2012.8.19.0001**

O **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, nos autos do processo em epígrafe movido em face **BENFICA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP**, diante da decisão de fls. 682, com fulcro nos arts. 1015 e segs. do CPC/15, interpor o presente **AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO LIMINAR DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO**, pelos fundamentos expostos nas razões anexas.

Por tratar-se de processo eletrônico, o MUNICÍPIO deixa de instruir o agravo com as peças indicadas no art. 1017, I e II, do CPC/15, tendo em vista a dispensa prevista no § 5º do referido artigo.

Em atendimento ao art. 1016, IV, e ao art. 1017, I, do CPC/15, cumpre informar, ainda, que o agravante é representado por membro integrante da carreira de PROCURADOR DO MUNICÍPIO – detentor de mandato legal (Lei municipal nº 788/87 e Lei complementar municipal nº 132/13), logo inaplicável a parte final do art. 1017, I, do CPC/15. A Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro tem sede na Travessa do Ouvidor, nº 4, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.040-040.

O agravado, por sua vez, é representado pela advogada Rayanna do Prado Costa, inscrita na OAB/RJ 251.788, com escritório localizado na Área Especial 2, nº 713 Residencial Contemplar, Guará II – Brasília – DF.

Rio de Janeiro, 20 de Fevereiro de 2024.

**CHRISTIANE DE ALMEIDA FERREIRA**

PROCURADORA DO MUNICÍPIO

MAT. 10/240.547-0

OAB/RJ Nº 105.118

## **RAZÕES DO AGRAVANTE**

Agravante: **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

Agravado: **BENFICA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA**

Colenda Câmara,

### **I – TEMPESTIVIDADE**

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO foi intimado, por meio eletrônico, em 18/12/2023. Dessa forma, considerando a suspensão dos prazos entre os dias 20/12 a 20/01, por força do artigo 220 do CPC, bem como, face ao ponto facultativo do feriado de Carnaval que sustou a contagem de prazo entre os dias 09/02, 12/02, 13/02 e 14/02/24<sup>1</sup>, assim como o prazo de 30 (trinta) dias úteis para a interposição de agravo de instrumento, não há dúvidas quanto à tempestividade do agravo apresentado na presente data.

### **II – DA PREVENÇÃO**

Considerando o julgamento de Recurso de Apelação nº 0473161-53.2012.8.19.0001 junto à Sexta Câmara de Direito Civil, atual Terceira Câmara de Direito Público deste Tribunal e, por força do disposto no artigo 930 do CPC, parágrafo único, a distribuição do presente agravo deve ser obrigatoriamente dirigida à câmara preventa, vejamos:

---

<sup>1</sup> Ato Executivo 25/2024 TJRJ - Art. 1º. Suspender as atividades e os prazos processuais nos dias 09, 12, 13 e 14 de fevereiro de 2024, em todas as unidades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

“Art. 930. Far-se-á a distribuição de acordo com o regimento interno do tribunal, observando-se a alternatividade, o sorteio eletrônico e a publicidade.

Parágrafo único. O **primeiro recurso protocolado no tribunal tornará prevento o relator para eventual recurso subsequente interposto no mesmo processo ou em processo conexo.**” (g.n.)

Pelo exposto, requer que seja o presente recurso encaminhado à Terceira Câmara de Direito Público.

## **II – A DECISÃO AGRAVADA E O CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO:**

### **ART. 1.015, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/15**

Origina-se o presente recurso da decisão proferida à fl. 682, que determina que o MRJ deposite o valor a ser pago, bem como apresente planilha, nos termos do id 658 e 668, manifestando que o ente municipal possui órgão técnico para tal finalidade. Com efeito, assim restou decidido:

*“Conheço dos embargos de declaração, porquanto tempestivos, porém não os acolho por inexistirem os requisitos do artigo 1.022 do NCPC. O despacho de index 668 determinou que o autor (Município) fosse intimado a cumprir o determinado, ou seja, efetuar o depósito do valor ainda devido, eis que, possuindo órgão técnico para elaborar a planilha, poderia fazê-lo. Contudo, manteve-se inerte certificada em index 666. Assim, mantenho o despacho tal como foi lançado, visto que as argumentações constantes dos embargos têm o intuito, tão somente, de modificá-la. Sem*

*prejuízo, ao autor para que cumpra a parte final do despacho de index 658, no prazo de 10 dias”.*

No id. 658, por sua vez, consta despacho da Magistrada que entendeu, equivocadamente, que caberia ao ente público apresentar planilha, nos seguintes termos:

*“Ao Município para retirar o mandado de transcrição e comprovar nos autos a mudança de titularidade do imóvel em 10 dias. **O autor pode depositar o valor a ser pago, uma vez que pode apresentar a planilha, já que possui órgão técnico para tal finalidade**”.*

Ato seguinte, determinou o juízo, id 668, que houvesse expedição de mandado para que o ente público municipal comprovasse o determinado no id 658, ou seja, que apresentasse a planilha discriminada, visando prosseguir à execução. Nesse sentido, foi expedido mandado (id 675) com o seguinte teor:

**734/2023/MND**

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Processo Nº: **0473161-53.2012.8.19.0001**

Classe/Assunto: Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 / Intervenção do Estado na Propriedade

Autor: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

Procurador: FERNANDA LOUSADA CARDOSO

Réu: BENFICA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP

**Pessoa a ser intimada:** MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

**Endereço:** Travessa DO OUVIDOR, nº 04 - CEP: 20040-040 - Centro - Rio de Janeiro

**Despacho do Juiz:** "Intime-se por mandado para cumprimento do determinado. A ação é de 2012, não há sentido a demora na sua finalização. "

**Finalidade:** INTIMAR a parte acima discriminada, na pessoa de seu representante legal, para cumprimento do determinado, devendo depositar o valor a ser pago, uma vez que pode apresentar a planilha, já que possui órgão técnico para tal finalidade, conforme pdfs 194, 322, 354, 378, 643, 656, 658, 663, 666, 668.

Em face da decisão acima mencionada, o MUNICÍPIO opôs embargos de declaração a fim de que o d. Juízo *a quo* sanasse as

obscuridades apontadas, ressaltando que não fora intimado na forma do art. 535 do CPC para depositar o remanescente da indenização expropriatória, formalidade indispensável para se resguardar o devido processo legal, bem como ressaltou que a determinação de depósito do valor remanescente violou o disposto no artigo 100 da Constituição Federal, visto que qualquer quantia deveria ser paga através de precatório.

A r. decisão agravada, rejeitou os embargos de declaração interpostos pelo Município do Rio de Janeiro, por entender que não se encontravam presentes os vícios alegados.

Registre-se que a decisão que o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO pretende ver reformada foi proferida na fase de execução, após o trânsito em julgado da sentença prolatada na fase de conhecimento.

O presente agravo, portanto, tem fundamento legal no preceito do parágrafo único do art. 1015 do CPC, a teor do qual “*também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de (...) cumprimento de sentença, no processo de execução (...).*”.

Desse modo, inconformado com a decisão, o MUNICÍPIO interpõe o presente agravo de instrumento.

**III – RAZÕES PARA A REVOGAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA**  
**INOBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 100 DA CRFB E 534**  
**E 535 DO CPC/15.**

Desde logo, insta consignar a ausência de observância do procedimento executivo aplicável à Fazenda Pública, haja vista a determinação de depósito remanescente da indenização, **sem que**

**houvesse prévia intimação do Município para impugnação à execução.**

Conforme se observa compulsando os autos, o Município não foi intimado na forma do art. 535 do CPC para depositar o remanescente da indenização expropriatória, formalidade indispensável para se resguardar o devido processo legal.

De acordo com determinação legal, as execuções contra a Fazenda Pública devem obedecer ao procedimento previsto nos artigos 534 e 535 do CPC/2015, com a apresentação **pelo exequente do demonstrativo discriminado** e atualizado do crédito, seguida de intimação do Município para oferecimento de impugnação à execução no prazo de 30 dias.

Impende destacar que a determinação para que o MRJ deposite o remanescente da indenização se deu a requerimento da parte expropriada em petição de fls.634.

De toda sorte, é indubitável que qualquer determinação de pagamento sem observância do rito estabelecido nos artigos 534 e 535 do CPC é nula de pleno direito, o que deve ser reconhecido na hipótese presente.

Descabe, ainda, a afirmação da existência de regulares intimações, considerando que nenhuma das intimações recebidas pelo ente público correspondiam à abertura do prazo para oferecer impugnação ao cumprimento de sentença. Desta forma, tonar-se evidente o ferimento à ampla defesa e contraditório.

A decisão atacada determinou, ainda, que o ente municipal apresentasse a planilha de saldo remanescente, quando tal ônus é do



exequente, configurando-se verdadeira “Execução Invertida”, cuja imposição é VEDADA, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO INVERTIDA. CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL. CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO. PRINCÍPIO PROCESSUAL DA COOPERAÇÃO. **DESCABIMENTO DE MEDIDA IMPOSITIVA.** RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Cinge-se a controvérsia a definir se é possível a determinação judicial à Fazenda Pública, de adoção da prática jurisprudencial da execução invertida no cumprimento de sentença, com a consequente apresentação de demonstrativo de cálculos e valores a serem pagos. 2. **O procedimento denominado "execução invertida" consiste na modificação do rito processual estabelecido no Código de Processo Civil, ofertando à parte executada (devedor) a possibilidade de apresentação dos cálculos e valor devido à parte exequente (credor).** Não há previsão legal de tal mecanismo processual, sendo ele uma construção jurisprudencial. 3. No âmbito do STJ, em observância mesmo aos princípios do CPC, a construção jurisprudencial da "execução invertida" tem como fundamento basilar a "conduta espontânea" do devedor (...) 4. No caso em exame, o Tribunal a quo deveria ter intimado previamente a parte executada ofertando-lhe a possibilidade de cumprimento espontâneo da sentença. Caberia então a parte decidir pela apresentação ou não dos cálculos e valores devidos. (...) Tal procedimento prévio de intimação da Fazenda Pública possui substrato na jurisprudência do STJ.(...) **Contudo, repita-se, tal procedimento, com base na jurisprudência do STJ, possui a característica primordial da espontaneidade da parte executada, NÃO CABENDO IMPOSIÇÕES COGENTES DA AUTORIDADE JUDICIAL, COMO SE VERIFICA NOS AUTOS.** 6. Agravo conhecido para conhecer e dar provimento ao Recurso Especial.



Afinal, é **ônus do exequente** a apresentação de planilha discriminada e atualizada do crédito que pretende excutir, nos termos do *caput* do artigo 534 do diploma processual, e não da Fazenda Pública!

Acrescente-se à discussão que a manutenção da decisão fere o disposto no **artigo 100 da Constituição Federal**, o qual determina que todos os pagamentos inerentes a condenações judiciais deverão ser feitos através de precatórios, a fim de que se respeite a ordem cronológica, vejamos:

**Art. 100.** Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, **em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios** e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

*Ad argumentandum*, em relação a essa questão, como já destacado nos declaratórios opostos em 1º grau, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 865 de repercussão geral, decidiu que “no caso de necessidade de complementação da indenização, ao final do processo expropriatório, deverá o pagamento ser feito mediante depósito judicial direto **se o Poder Público não estiver em dia com os precatórios.**” Ocorre que o Município do Rio de Janeiro está em dia com os seus precatórios, não havendo que se falar em depósito direto nos autos, como parece entender, equivocadamente o juízo *a quo*.

Logo, pelas razões acima elencadas, conclui-se pela impossibilidade de manutenção da decisão.

#### **IV – DA NECESSIDADE DE SE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO**

Em razão de tudo o que foi exposto nos capítulos anteriores, é indispensável a outorga do chamado **efeito suspensivo** ao presente recurso, nos termos do permissivo do art. 1019, I, CPC/15, de modo a suspender-se **a determinação de apresentação de planilha discriminada e depósito do valor remanescente.**

O evidente risco de danos irreparáveis ou de difícil reparação aos cofres públicos, por si só, é suficiente para a concessão do efeito suspensivo. Com efeito, o não deferimento do efeito suspensivo permitiria o prosseguimento da execução, sem observância de rito próprio, acarretando a ocorrência de constrição judicial indevida.

Some-se a isso a probabilidade do direito do agravante, solidamente fundamentado na **nulidade da execução** por inobservância do rito processual estabelecido nos arts. 534 e 535 do CPC/15, visto ser hipótese de execução contra a Fazenda Pública, bem como violação direta ao artigo 100 da Constituição Federal.

Portanto, não há dúvidas de que todos os requisitos previstos nos arts. 1019, I, e 300 do CPC/15 foram atendidos, razão pela qual é impositiva a concessão de efeito suspensivo ao recurso.

#### **V – CONCLUSÃO**

Por todas as razões acima expostas, confia e espera o MUNICÍPIO que:

- a) liminarmente, seja conferido efeito suspensivo ao agravo, de modo que se determine a suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo juízo *a quo*;

b) o presente Agravo seja conhecido e provido, com vistas a reformar a decisão agravada, impedindo-se a execução invertida, bem como determinando a observância do rito estabelecido no artigo 534 e 535 do CPC e art. 100 da Constituição Federal.

N. Termos,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2024.

**CHRISTIANE DE ALMEIDA FERREIRA**

PROCURADORA DO MUNICÍPIO

MAT. 10/240.547-0

OAB/RJ nº 105.118